

## TOMÁS VIEIRA MÁRIO

Extratos duma entrevista relativa à participação dos italianos no processo de Paz, pelo enviado especial da Informação moçambicana às negociações de Roma

Projecto: Caminhos da Paz (2010)

Moçambicano

### **P.: Tomás Vieira Mário, como ficou ligado ao processo de paz em Roma?**

TVM: Foi à partir, portanto, do meu posto de correspondente da AIM em Lisboa que eu fiz a cobertura integral do Acordo Geral de Paz<sup>1</sup>, todas as negociações ao longo dos dois anos que demoraram em Roma.

### **P.: Qual foi a sua expectativa em relação àquilo que aconteceu?**

TVM: Na altura obviamente, primeiro era uma incredulidade, porque a forma como as duas forças se haviam diabolizado, não parecia que poderiam sentar-se frente à frente. Um achava que Maputo era governado por um grupo de comunistas, o outro dizia que o que havia no mato eram bandidos armados. Durante vários anos era essa a linguagem que havia mutuamente. Então, era um pouco de incredulidade e também um pouco de expectativa sobre o que poderia sair dessas negociações e que Moçambique podíamos ter, porque já não tínhamos memória de Moçambique em Paz. Havia 16 anos de guerra no país, havia pessoas que já eram maiores e nunca tinham visto Moçambique em Paz. Então, era uma grande expectativa de quase ver um novo país a nascer. Era essa, de facto, a expectativa geral.

### **P.: Do ponto de vista pessoal, disse-nos que nunca tinha passado por uma situação de Paz...**

TVM: Sem dúvida, do ponto de vista pessoal, quando Moçambique fica independente eu tinha 15 anos de idade. Portanto, ainda era menor e não vivi muito o colonialismo. Então, eu atinjo

---

<sup>1</sup> **Acordo Geral de Paz**, assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, por Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO e por representantes dos mediadores, a Comunidade de Santo Egídio, da Itália, pôs fim a 16 anos de guerra civil.

a idade maior e logo o país entra em guerra. Ou seja, na altura em que começo a raciocinar, a enxergar as coisas, o país entra em guerra. Então, é esse o país que eu tinha na cabeça. Porque é esse o país em que eu fiquei maior, comecei a trabalhar e no contexto da minha profissão, naqueles anos, ser jornalista era necessariamente ser alinhado ao regime do dia. Portanto, ver o outro como inimigo e era isso que eu tinha na cabeça. Assim, era muito grande a curiosidade, para ver o que vai nascer deste diálogo entre essas duas forças que tinham um ódio muito grande uma pela outra, ao longo de tantos anos.

**P.: Do ponto de vista como jornalista como foi para você cobrir isso? Era fácil, chegava e escolhia os tópicos?**

TVM: Não, no princípio não foi fácil, nem mesmo do lado do Governo que, em princípio, poderia ser mais fácil, visto que estava numa agência oficial, mas nem isso ajudou muito. Porque, na verdade, penso que as delegações ainda não estavam certas sobre se podiam dizer alguma coisa para o público, ou não. Pior ainda para a RENAMO que tinha uma imagem da imprensa oficial que era a voz do regime, e portanto, era de se suspeitar, que um correspondente da imprensa oficial procurasse a RENAMO para se informar. Não achavam que eu pudesse reportar, com veracidade, o que me dissessem. Achavam que eu sempre iria deturpar as informações que me dessem.

Então foi um processo de construção, também do meu lado, de confiança com as duas partes, até que a uma certa altura, eu movimentava-me muito à vontade pelos hotéis dos dois lados. Jantava com qualquer um deles livremente. Conversava com eles abertamente, de tal modo que, a um certo ponto, era uma relação muito próxima, que eu dizia a qualquer um deles, quer ao senhor Armando Guebuza<sup>2</sup>, quer ao senhor Raul Domingos<sup>3</sup>: “Olha, agora vamos conversar assuntos que eu vou gravar, portanto, se os senhores quiserem falar, fiquem sabendo que vou transmitir, vou gravar” para que eles distinguissem que nesse momento já não era conversa informal, mas conversa com o jornalista. Quer dizer, já havia um bom nível de diálogo com os dois, mas não foi logo que aconteceu assim.

---

<sup>2</sup> **Armando Emílio Guebuza** (Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do Governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

<sup>3</sup> **Raul Manuel Domingos** fez parte da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) até ser expulso do partido, em 7 de Julho de 2000. Chefiou a Delegação da Renamo nas negociações de Paz em Roma, quando era Chefe do Departamento das Relações Exteriores da Renamo. De 1994 a 1999, Domingos liderou o grupo parlamentar do RENAMO. Na eleição presidencial de 2004, o político concorreu ao cargo pelo Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD). Em 2013 regressou à Renamo.

**P.: A expectativa do Povo Moçambicano era de chegar a uma situação de liberdade, mas de facto, não se chegou a isso. Portanto, pode descrever a situação na altura da Independência?**

TVM: Moçambique fica independente de Portugal, em 1975. Logo a seguir, o Povo ainda não tinha sentido o gosto da nova liberdade e o país mergulha num conflito armado, que afinal havia de se prolongar por 16 anos. Num contexto de conflito este-oeste, ou Guerra Fria<sup>4</sup> e também de confrontação na região com o regime do *apartheid*, um regime racista. As forças no terreno eram as do Governo de cariz marxista-leninista e a RENAMO, que tinha uma base católica, tradicional e que se confrontavam no terreno e colocaram o país em situação de guerra total e de desgoverno ao longo dos anos que durou o conflito.

**P.: Qual foi, na sua opinião, a origem da RENAMO?**

TVM: A RENAMO tem uma origem que está bem documentada por fontes independentes, por pesquisas independentes. A RENAMO nasce um pouco na ressaca do colonialismo. Era um pouco a reacção dos colonos não conformados com a Independência que queriam de algum modo voltar a ter alguma voz no novo Estado Moçambicano. E aí portanto, acaba por ter algum apoio, a partir da Rodésia, onde havia um regime que tinha uma Independência unilateral, o regime de Ian Smith<sup>5</sup>, logo no início do conflito. Mais tarde, quando a Rodésia passa a Zimbabwe, em 1980, a RENAMO transfere a sua grande base de apoio para a África do Sul.

Este é, de facto, o contexto histórico que explica a origem da RENAMO. Naturalmente que ela como força foi evoluindo ao longo dos anos e foi de algum modo se libertando um pouco do controlo directo das forças que havia na sua origem e encontrou factores internos no país para se autonomizar e se desenvolver. De tal modo que nos meados dos anos '80, a RENAMO dos anos '70 já não era a mesma. Era um movimento muito presente em todo o país e já reflectindo um pouco factores internos e não apenas externos, como foi na sua origem primitiva.

**P.: Pode fazer referência sobre a questão dos primeiros ataques que foram feitos sobre Moçambique independente, a partir da Rodésia, já com algumas forças Moçambicanas?**

---

<sup>4</sup> Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, económica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada "fria" porque não houve uma guerra directa entre as duas superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear.

<sup>5</sup> Ian Douglas Smith (Selukwe, 8 de Abril de 1919 — Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

TVM: A posição de Moçambique independente em relação à Rodésia de Ian Smith foi uma posição de inequívoca negação ao regime Rodesiano. Tanto que Moçambique, logo em 1976, declara sanções mandatórias contra o regime da Rodésia, fechando as fronteiras do país com a Rodésia, portanto, privando-a de acesso ao mar, que é um ponto sensível na economia daquele país.

Esse factor que foi um factor animador para o apoio e para os ataques que logo se seguiram da própria Rodésia contra Moçambique, através da aviação Rodesiana que penetrou no território de Moçambique, bombardeando-o. Obviamente, que havia também da parte da Rodésia uma certa desculpa de que perseguia as forças Zimbabueanas, que lutavam pela independência do Zimbabwe. Mas, obviamente, que essa confrontação acabou dando azo ao apoio às forças internas Moçambicanas que se opunham ao regime de Maputo.

**P.: Pode descrever quais eram os factores que a FRELIMO de uma certa maneira desprezou, e que a RENAMO aproveitou para poder evoluir?**

TVM: Sem dúvida que houve factores internos, que resultaram de erros de governação da FRELIMO nos anos a seguir à Independência, no meio também de uma certa hostilização, por exemplo, aos poderes tradicionais, que são a base social importante no campo, e este é um país rural. A FRELIMO hostilizou o poder tradicional e hostilizou o poder mágico tradicional dos curandeiros, dos feiticeiros, que, afinal, constituem a base cultural do povo.

Também hostilizou de forma muito violenta, as religiões no seu todo, incluindo as religiões mágico-africanas, para não falar das religiões mais ortodoxas, ocidentais. Tudo isso envolvia, obviamente muita parte do Povo Moçambicano que se sentia fora do sistema político, porque era religiosa, quer seja de forma ocidental, quer de forma africana, ou porque eram chefes tradicionais, cujo poder a FRELIMO dizia que estava associado ao colonialismo.

Esses factores obviamente foram explorados pela RENAMO intensamente, devolvendo nas zona que ia ocupando, a autoridade aos chefes tradicionais, reconhecendo a autoridade espiritual do curandeiros, dos feiticeiros, e isso granjeou-lhe alguma simpatia, como era uma força alinhada com a tradição cultural africana, Moçambicana.

**P.: A FRELIMO sabia que era difícil combater uma força guerrilheira, sobretudo se apoiada por um país externo. Começa a perceber que as coisas não estavam a caminhar**

**bem e desencadeia um processo de negociações com a África do Sul, que termina em Nkomati<sup>6</sup>. Pode comentar?**

TVM: Nos princípios dos anos ‘80, o conflito armado de Moçambique estava muito intensificado. Maputo, a capital, estava quase sitiada. Havia já vilas que estavam nas mãos da RENAMO e Moçambique, então, enceta um contacto directo com África do Sul, sempre defendendo que não existia um movimento interno, existia era o regime do *apartheid* como instrumento interno. É quando então se assina o acordo de Nkomati, através do qual os dois países se comprometiam a não apoiar os inimigos recíprocos.

É o acordo de Nkomati de 1984, que contudo, não provou que podia ser factor para acabar com a guerra, o acordo de Nkomati não foi efectivo, a guerra não terminou. Pelo contrário, como se verificou mais tarde, o que a África do Sul fez, foi preparar o movimento guerrilheiro para ser mais autónomo, armando-o ainda mais, para daí em diante ficar de longe, não estar mais fisicamente envolvido, mas como movimento que esteja bem abastecido, para poder sobreviver como autónomo. Verificou-se que a guerra se intensificou ainda mais até quando chegamos ao ano – que eu acho que é o ano dramático – da morte de Samora Machel<sup>7</sup>, em 1986.

**P.: Mas também nesta altura, na África do Sul começa-se a sofrer a influência da pressão dos Americanos, nomeadamente com o “*Constructive Engagement*”<sup>8</sup> e que há necessidade de uma mudança, mas há uma outra linha que continua radical.**

TVM: Sem dúvida que o regime do *apartheid* nos anos 80, também sofre algum abalo pelo seu isolamento internacional, das sanções, e da pressão Americana que entendia que deveria haver uma reforma tal que não criasse uma revolução na África do Sul. Esse abalo criou uma ala reformista e uma ala dura, dos generais. Os generais do exército Sul-africano eram muito mais resistentes a mudanças. De modo que até havia nomes conhecidos, que se opunham a qualquer espécie de Paz na região, a menos que os regimes vizinhos se integrassem no sistema de

---

<sup>6</sup> O **Acordo de Nkomati** foi assinado em 1984 entre o Governo de Moçambique, liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, e pelo Presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha. Este acordo tinha por intenção pôr termo à guerra civil em Moçambique. Para tal, os signatários do dito acordo concordaram em: (1) Deixar de apoiar a RENAMO (responsabilidade da África do Sul); (2) Deixar de apoiar o ANC (responsabilidade de Moçambique). Apesar disto, cada parte continuou a agir por conta própria, e os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra civil em Moçambique até que em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, apoiado pela Comunidade de Santo Egidio.

<sup>7</sup> **Samora Moisés Machel** (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 — Mbusini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) Foi membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique liderou a Guerra da Independência de Moçambique como Presidente da FRELIMO e tornou-se o seu primeiro Presidente da República após a sua independência. Faleceu num desastre de avião em Mbusini, África do Sul, cujas causas permanecem até hoje inconclusivas.

<sup>8</sup> **Constructive Engagement** - Engajamento construtivo foi o nome dado à política da administração Reagan para o regime do *apartheid* na África do Sul no início dos anos 80. Foi promovido como uma alternativa às sanções económicas e desinvestimento da África do Sul exigida -pela Assembleia Geral da ONU e pelo movimento internacional anti *apartheid*.

constelação de Estados, que seria uma espécie de Estados satélites, onde a África do Sul fosse a sede central. Era essa a linha dura que resistia ao processo de mudanças.

**P.: Quando o Samora Machel morre, está já havendo um debate interno sobre todo esse processo de mudança?**

TVM: Sem dúvida. Quando Samora Machel morre em 1986, o país está totalmente em guerra. Tinha já havido, alguns anos antes o Congresso da FRELIMO, que redesenhou a própria figura do Partido, em termos de ideologia, cada vez mais voltando para a frente geral e não mais para partido marxista-leninista, e com um esforço até de integração, pessoas que antes eram vistas como sendo reaccionárias, traidores, eram aos poucos reintegrados no sistema. Era uma espécie de reconquista do terreno que foi perdendo logo a seguir a Independência. Também ao nível interno verificava-se que a FRELIMO procurava ser menos radical e mais conciliadora.

É nesse contexto que o Presidente Samora Machel faz algumas movimentações no exército, até chama antigos membros das forças armadas do tempo colonial para integrar o exército, que era um sinal de os apaziguar, mas também de mostrar que o novo exército não estava capaz sozinho de enfrentar a crise.

**P.: Há, então, uma tendência no regime Moçambicano que está aberto a uma mudança e outra que não aceita a possibilidade duma derrota militar?**

TVM: Sim, eu penso que sim. Eu penso que sempre houve e, talvez, ainda hoje exista, um sentimento de resistência tal que para uns, negociar com a RENAMO seria sempre uma espécie de capitulação, porque não era aceitável, não era uma força aceitável. Para outros negociar seria uma estratégia de sobrevivência. Portanto, sempre houve estas duas linhas dentro do regime Moçambicano.

Obviamente que a liderança do Partido em cada momento histórico deu uma direcção, num certo sentido, ou no outro. Naturalmente, com a morte do Presidente Samora Machel, entra em cena o Presidente Joaquim Chissano<sup>9</sup> com uma outra personalidade e, talvez, com menos inserção na área militar – como tinha o Presidente Machel – com uma vivência internacional vastíssima e o contexto mudou. A tendência foi: “Ou negociamos, ou se a calhar podemos

---

<sup>9</sup>Joaquim Alberto Chissano (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político moçambicano, veterano da luta armada da FRELIMO, foi Primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo Presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

colapsar todos”. Portanto, a ala que dizia que a negociação era capitulação foi perdendo algum terreno.

**P.: Achas que foi mesmo à partida, uma iniciativa claramente assumida por Chissano? Porque há vozes que dizem que ele teria colocado como condição de aceitar a presidência a possibilidade de negociar a paz.**

TVM: Eu penso que os factos provam claramente que o processo de Paz Moçambicano teve no Presidente Chissano, o grande motor. Penso que, pessoalmente, o Presidente Chissano deixou nesse processo a sua imagem, a sua marca. Naturalmente, como líder, ele conseguiu trazer consigo o elenco partidário, mas esta Paz é uma marca pessoal do Presidente Chissano, em termos de facilitação, do diálogo, de um espírito de maior tolerância e de pensamento mais para o futuro. Eu acho que ele se projectou mais para o futuro, talvez muito mais, do que muitos camaradas dele. Por arrasto e tendo em conta contexto histórico mundial tiveram que o seguir. Mas, creio que ele estava muito avançado em relação a alguns camaradas dele, quando começou o processo de Paz.

**P.: Já havia muitas iniciativas anteriores da Igreja: reuniões dos Bispos, cartas ao Governo, cartas pastorais etc. até que recebem carta-branca para encontrarem Dhlakama<sup>10</sup>. O que acha do papel da Igreja no processo?**

TVM: É muito interessante o papel das Igrejas Cristãs Moçambicanas neste processo, nomeadamente, a Católica e as Protestantes, porque durante muito tempo, mesmo durante o período do Presidente Samora Machel, elas tentaram o diálogo, ou tentaram influenciar para que houvesse esse diálogo.

Os Católicos faziam através de cartas pastorais e pediam a Paz nas Igrejas, não iam directamente ao Presidente. Já as Protestantes iam até ao Presidente, falavam com ele, pessoalmente. Mas o Presidente sempre dizia que a questão da Paz não era da conta das Igrejas, mas sim do Estado. Portanto: “Fiquem onde estão, nós iremos dirigir o processo.” Quando ele morre e o contexto muda, a liderança muda.

O Presidente Chissano encontrou uma estratégia de, por um lado, influenciar os seus camaradas, pelo outro lado, dar papel às Igrejas, dizendo assim: “Nós dizemos ainda que não

---

<sup>10</sup> Afonso Macacho Marceta Dhlakama (Mangunda, Sofala, 1 de Janeiro de 1953), é um político e militar líder da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), o principal partido político da oposição em Moçambique.

conhecemos a RENAMO, ainda é essa a nossa posição e vocês dizem que conhecem a RENAMO, então que a procurem.” Digamos que, dum só golpe, o Presidente abriu muita possibilidade de Paz. Deu um aviso aos seus colegas: “Nós vamos negociar.” Por outro lado, disse às Igrejas: “Estão livres de começar o processo.”

Então, foi aí que as Igrejas de facto, as duas, Católica e Protestante, o Cardial Dom Alexandre<sup>11</sup> por um lado, e Dom Dinis Sengulane<sup>12</sup>, do outro, vão juntas para Nova York e começa o processo, em 1988.

**P.: Essa participação da Igreja culmina com as conversações de Nairobi. Mas a discussão realizou-se com documentos para cá e para lá com os Bispos intermediando...**

TVM: Sim, é interessante, porque na verdade o Governo entregou uma carta aos Bispos nessa sua procura pela RENAMO. Obviamente que os Bispos tomaram a carta como uma carta do Governo para a RENAMO. Mas o Governo diz que não, que não era para entregar à RENAMO, era para se orientarem no diálogo com a RENAMO. Mas, uma vez que a RENAMO recebeu a carta, respondeu com outra carta. Assim começa, de facto, a haver uma troca de correspondência entre o Governo e a RENAMO. Para todos os efeitos é a primeira troca entre as duas forças.

**P.: Isso é o são chamados os “não-documentos”?**

Os “não-documentos” é um termo diplomático usado para dizer que o documento não vincula, é só para introduzir o tema a discutir.

**P.: A causa do fracasso é os documentos ou a mediação, onde havia conflitualidades nesta altura? O que se passou no Malawi?**

TVM: Eu penso que na fase inicial, em que as partes estão em África, nomeadamente, em Nairobi e no Malawi, essa fase penso que foi marcada pelo tipo de mediação escolhida. Porque

---

<sup>11</sup> **Alexandre José Maria dos Santos** (Zavala, 18 de Março de 1924) é um Cardeal Moçambicano. Foi arcebispo de Maputo entre 1975 e 2003. É actualmente Arcebispo-emérito desta diocese. É o primeiro arcebispo e cardeal nativo de Moçambique. Participou do conclave para a eleição do Papa Bento XVI, mas não tinha direito ao voto, já que na época tinha mais de 80 anos

<sup>12</sup> **Dom Dinis Salomão Sengulane** (5 de Março de 1946) é o bispo Moçambicano anglicano da Diocese dos Libombos e antigo presidente do Conselho Cristão de Moçambique. Este clérigo esteve envolvido nas negociações de Paz que puseram fim à Guerra de desestabilização de Moçambique.



havia a mediação do Presidente Mugabe<sup>13</sup>, do Zimbabwe, e Arap Moi<sup>14</sup> do Quênia. A RENAMO não estava confortada com o Zimbabwe, porque suspeitava que o Zimbabwe iria sempre fazer pressão. Por outro lado, também o Governo tinha dúvidas sobre o Quênia. O Quênia dava apoio técnico a RENAMO, como passaportes.

Esse contexto de mediadores era muito complicado, quer para um, quer para o outro lado. Por isso não chegou a ser efectivo. Porque esse tipo de mediação era, vamos dizer, clássica, do tipo os mediadores têm uma ideia sobre o que fazer com o conflito e dão ideia às partes, para as partes dizerem sim ou não. Pelos vistos, não era o modelo adequado para o nosso conflito, em que havia uma crisperação entre as partes. Penso que é por aí que não funcionou o modelo de Nairobi e que falhou até depois, quando se tentou ir para o Malawi, como segunda hipótese, que também não funcionou.

No Malawi, era a segunda hipótese depois de Nairobi. Aparentemente, o Governo estava lá presente, mas a RENAMO não apareceu, alegando que não estava segura, porque naquela altura havia um pequeno contingente de forças Malawianas que protegiam o corredor de Nacala. A RENAMO usou esse elemento como indicação de que não estavam muitos seguros, porque o Malawi também tem a sua ligação com Maputo, como o Zimbabwe. É claro que foram debates políticos complicados, deve haver outras razões que não vieram ao público, mas o facto é que o Malawi também falhou.

**P.: Nesse momento estamos no Mundo, assistindo a uma grande mudança, a queda do muro de Berlim<sup>15</sup>. Mas também ao nível da região há mudanças no *apartheid*, em Angola, na Namíbia... O que acha da mudança internacional e das mudanças específicas na região?**

---

<sup>13</sup> **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual Presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos. Participou no movimento de libertação de Joshua Nkomo, a ZAPU, em 1960 e três anos mais tarde funda a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF). É preso em 1964 devido às suas actividades políticas, sendo libertado em 1974, altura em que parte para Moçambique, onde lidera uma guerrilha que se opõe ao Governo de minoria branca de Ian Smith. Torna-se primeiro-ministro da ex-Rodésia (já depois do fim do Governo liderado por Ian Smith) em 1980, ao vencer as primeiras eleições democráticas. Em Abril do mesmo ano, é declarada a independência do país que passou a ser designado por Zimbabwe

<sup>14</sup> **Daniel Toroitich Arap Moi** (Sacho, 2 de Setembro de 1924), professor e político, foi o Presidente de Quênia entre 1978 e 2002.

<sup>15</sup> **O Muro de Berlim** foi uma barreira física construída pela República Democrática Alemã (Alemanha Oriental - socialista) durante a Guerra Fria, que circundava toda a Berlim Ocidental (capitalista), separando-a da Alemanha Oriental (socialista), incluindo Berlim Oriental. Este muro, além de dividir a cidade de Berlim ao meio, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos ou partes: República Federal da Alemanha (RFA), que era constituído pelos países capitalistas encabeçados pelos Estados Unidos; e a República Democrática Alemã (RDA), constituído pelos países socialistas sob jugo do regime soviético. Construído na madrugada de 13 de Agosto de 1961, dele faziam parte 66,5 km de gradeamento metálico, 302 torres de observação, 127 redes metálicas electrificadas com alarme e 255 pistas de corrida para ferozes cães de guarda.

TVM: É claro que a questão do Muro de Berlim, a questão do fim da Guerra Fria, teve de algum modo influência sobre a situação em Moçambique. Tanto que o Governo Moçambicano, em 1989, enceta o projecto de revisão constitucional que, de facto, muda o regime para multipartidário a partir de 1990. Obviamente, isso é uma reflexão de que os regimes socialistas, que eram a nossa referência, não existindo mais, tínhamos que nos adaptar a uma nova situação.

No contexto regional havia o conflito, que envolvia quase toda a região, mas com epicentro em Angola e Namíbia. Segundo a teoria do *linkage*<sup>16</sup> a Namíbia só ficaria independente se os Cubanos se retirassem de Angola. Mas se esses fenómenos ocorressem é obvio que a luta iria deslocar-se para a África do Sul, era o último reduto dessa luta regional.

A África do Sul começou também a reforma do processo do *apartheid*, que por sua vez iria influenciar, porque a RENAMO ficaria também, de facto, sem qualquer base na região onde pudesse encontrar apoio. Todos esses factores, claro que influenciaram o processo. Lembremos que no caso de Angola, em 1988, houve uma grande conferência em Gbadolite<sup>17</sup> em que se encontraram sob a mediação do senhor Mobutu Sese Seko<sup>18</sup>. Apertaram a mão, aparentemente para um acordo que nunca se soube bem onde parou. Mas já era claro que a região deveria entrar em Paz e que as guerras internas deveriam ser negociadas.

**P.: No caso de um conflito tão marcado, como no caso de Angola, fica visível a importância do conflito este-oeste. Mas Moçambique toma uma posição um bocado específica. Estabelece uma relação boa com URSS, com Bush, etc.**

TVM: É verdade, porque o Presidente Samora Machel, ao contrário de Angola – já que estamos comparando – em 1983 faz a grande viagem ao Ocidente, onde se encontra com Margaret Thatcher<sup>19</sup>, com o Presidente Americano e abre as portas ao FMI, ao Banco Mundial. Era já uma indicação da diferença do processo Moçambicano com o Angolano. Adicionalmente,

---

<sup>16</sup> A **teoria do linkage** introduzida por James Rosenau concentra o seu estudo na relação entre diferentes sistemas. As interacções são analisadas com base em que cada sequência de comportamento num sistema produz uma reacção noutro. A chave é medir o tipo de sequências e possíveis reacções nos sistemas que mais nos interessam. O seu pressuposto fundamental é o da mútua interpenetração e interdependência entre o meio interno e o meio internacional. Esta teoria aplica-se desde o indivíduo até ao sistema internacional global e é aplicada em estudos relacionados com a Política Externa.

<sup>17</sup> O **Acordo de Gbadolite** foi um “pacto” de cessar-fogo, nascido de várias reuniões conjuntas entre o Governo de Angola, decorridas entre 25 de Abril e 22 de Junho de 1989. O Governo de Angola esteve representado pelo presidente José E. dos Santos, e as forças da UNITA, representada pelo seu líder Jonas Malheiro Savimbi, sob mediação de vários líderes africanos, encimados pelo antigo presidente do ex-Zaire Mobutu Sese Seko. A cimeira culminou com a proclamação da entrada em vigor do cessar-fogo em Angola às 00h00 do dia 24 de Junho de 1989.

<sup>18</sup> **Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga** (Lisala, Congo Belga, 14 de Outubro de 1930 - Rabat, Marrocos, 7 de Setembro de 1997). O seu nome significa em português: O Todo-poderoso Guerreiro que, Por Sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando Fogo em Seu Rasto. Seu nome de baptismo era Joseph-Desiré Mobutu. Foi o Presidente do Zaire (actual República Democrática do Congo) entre 1965 e 1997.

<sup>19</sup> **Margaret Hilda Thatcher**, Baronesa Thatcher de Kesteven (Grantham, 13 de Outubro de 1925 — Londres, 8 de Abril de 2013) foi uma política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

mesmo a União Soviética, também tinha aqui um *low-profile*, um caso de menos intensidade do que em relação a Angola. Então, às vezes por causa dos recursos que Angola tem, que nós não temos tanto, como Angola tem.

Moçambique tinha sempre uma posição de equilíbrio, mesmo em relação aos Americanos. Um ponto importante é que Moçambique recusou-se a dar bases quer a um, quer a outro, que queriam pôr bases aqui, no oceano Índico, em Nacala. Ainda hoje é um ponto de referência. Até hoje dizemos que não queremos bases de ninguém aqui. Era isso que fazia com que a União Soviética não olhasse Moçambique com muita prioridade, mas o Ocidente também não desse a Moçambique muita hostilidade, que era demasiada em relação a Angola. Isso marcou a diferença entre os dois processos.

**P.: Estávamos em Nairobi, vamos para Roma, no contexto da cooperação da Itália com Moçambique, pois Itália acaba por ser um país ocidental mais perto de Moçambique e depois termina sendo o país que acolhe as negociações. Como é que se chega aí?**

TVM: A história do processo de como se chega a Roma é muito interessante. Porque no fim, as duas partes foram para Roma. Quase em simultâneo, cada um nas suas datas, mas quase no mesmo mês, praticamente. Cada um com a sua razão. O Governo Moçambicano vai ao Vaticano, mas na base de que Itália é o nosso maior parceiro comercial no Ocidente. Portanto, Moçambique o Governo marxista vai ao Vaticano pedir a mediação, ou explorar a hipótese de mediação.

Ao mesmo também a RENAMO vai a Roma e se encontra com [a Comunidade de] Sant'Egídio. É uma coincidência interessantíssima. É como se houvesse uma força que empurrou os dois para o mesmo destino, fora de África. Não foram a nenhum país africano mais próximo, foram para tão longe quanto Roma. Parece que entre os meses de Março e Maio de 1990, as duas partes estão em Roma, talvez, sem saberem dum e doutro.

Até que depois há uma comunicação de que os dois estão aqui e tudo fica mais fácil. Há um acordo que, digamos, não foi uma razão entre eles, foi uma coincidência de vontades, então acho que isso facilitou muito o processo.

**P.: As pessoas costumam dizer que a fórmula de Roma é especial porque incluiu a sociedade civil e o Governo. Com achas que essa construção nasceu e quais são as forças?**

TVM: A fórmula de Roma é uma fórmula com muito interesse, mesmo do ponto de vista acadêmico, pela sua originalidade.

O processo de Paz Moçambicano é um processo que começa com uma iniciativa cívica e não como uma iniciativa num quadro original em que nações interferem directamente nas negociações e evoluiu como cívico até chegarem a Roma, através das Igrejas.

Em Roma, o quadro é mantido, mas com um reforço de Estado, com a presença de alguém que tem o nome do Governo Italiano e este reforço é que dá o contexto institucional ao processo. Quer dizer, é informal – como diz o Presidente Guebuza – porque não discutiram em que lugar senta-se quem, isso é informal. Mas é formal, porque seguem as regras de negociação de um Estado que está independente, tem guerra sim, mas é um Estado.

Isso foi positivo, essa aliança entre o cívico e o estatal, porque o cívico prevaleceu na questão da informalidade do diálogo e na questão de que, tratando-se de Estados, há sempre constrangimentos de ordem legal, sobre como fazer: este é um guerrilheiro, este tem contextos ou traços que podem ferir uma ordem mundial, direitos humanos, essas questões, que muitas vezes interferem nas negociações.

Com a parte cívica era o diálogo entre irmãos, essa linguagem de irmãos que é uma linguagem cara às Igrejas, à Igreja Cristã em particular. Funcionou nesse contexto, que os irmãos sempre discutem, mas há algo que os une, que é superior, é que são sempre irmãos. Era isso que foi mantido ao longo do processo. Enquanto os irmãos iam acordando, havia atrás a mão do Estado que ia enquadrando isto na lei internacional e assim, ficou marcado o processo com essas duas vertentes: cívico e estatal.

**P.: A Itália começa como observadora e depois termina como mediadora. Como é que viu isto? Como é que isso evoluiu?**

TVM: A mediação do processo Moçambicano teve uma evolução interessante, mas natural. Ou seja, começaram todos os mediadores como apenas observadores. Não havia um formato formal de que isto é uma negociação formal de Paz. Estavam a observar, então, não tinham qualquer força para sugerir aos beligerantes qualquer tendência, para aqui, ou para lá.

Isso tinha um risco, um risco de que a negociação não fosse vista com seriedade, no mundo exterior, com se fosse um diálogo num café entre os beligerantes que podia não ter validade internacional. Era preciso que o formato tivesse um quadro legal internacional e reconhecível. Então passaram naturalmente, esses para o ponto de mediadores, mas como o grupo era

basicamente cívico, era preciso cada vez mais dar o cunho de que é um diálogo que tem integração na lei internacional. Há um Estado que garante que os acordos seguem a lei internacional.

Então, é quando entra a Itália como Governo a coordenar a negociação. Daí, então, o processo fica digamos mais formal, em termos de lei e mais respeitável aos olhos do Mundo, a partir do momento em que as partes reconhecem quem são na mesa, quem são os mediadores, quem coordena a mediação e como é que os acordos chegam à lei internacional.

Então, há um Governo presente que vai fazer a ponte com o Mundo e mostrar que este quadro de acordos está de acordo com o quadro internacional e, portanto, o Mundo pode apoiar, porque não se podia, obviamente, apoiar um acordo que fosse contra os princípios mais básicos entre nações.

A ligação do processo, a ligação que faz a mediação com o quadro internacional foi muito importante, até para garantir ao Mundo que dali saía um acordo que beneficiava a Paz mundial. O mediador-chefe, o Mario Raffaelli, era a ponte que ligava o processo ao Mundo, até às grandes potências, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Portugal, para mencionar os países com mais interesse directo no processo. O mediador tinha que, periodicamente, indicar a tendência do processo e mostrar que o processo seguia o quadro internacional. Então, era uma ponte de garantia da legalidade mundial do processo.

**P.: Mario Raffaelli era uma pessoa que já estava ligada a Moçambique. Quer dizer, em que medida acha que isso possa ter beneficiado o processo todo?**

TVM: Sem dúvida, porque estes processos de negociação de Paz acerca de um conflito são muito complexos, quando não se conhece a natureza das partes, quem está em conflito, o que está em jogo entre as partes, é preciso conhecer o seu *ethos*, a sua natureza.

Mario Raffaelli, sendo um conhecedor de Moçambique, conhecia aquilo que são os interesses em jogo entre as partes, e podia muito bem articular o discurso entre as partes, fazer com que as partes exprimissem as suas vontades, não tinham que capitular um para com o outro, mas dizer qual é a sua opinião e verificar o que pode unir as partes. É preciso conhecer as partes, e ele conhecia Moçambique desde há vários anos, tem relações pessoais com vários dirigentes Moçambicanos e foi capaz também de construir essa confiança com a RENAMO rapidamente, com encontros separados, ou discretos, com Afonso Dhlakama, com Raul Domingos, isso foi muito importante. Porque a questão fundamental nesse processo era a boa-fé entre as partes:

“Eu posso confiar nele, ele está falando com honestidade.” É preciso que o mediador garanta que o seu par está a falar com boa-fé e que vai cumprir o acordo. Ele fez esse papel, que era o que lhe cabia fazer.

**P.: Guebuza chefia a delegação do Governo e Raul Domingos a delegação da RENAMO. São duas figuras importantes, cada uma no seu contexto. Pode descrever qual é a sua visão sobre essas duas figuras?**

TVM: O Presidente Guebuza é um comissário político, por definição. É uma figura que em Moçambique durante vários anos tinha esta imagem de homem que estrutura politicamente o país. O Ministro do Interior é um homem de terreno, de contacto directo com as pessoas e tem uma grande habilidade em termos de perceber as pessoas e influenciá-las para aquilo que ele entende que é o caminho correcto. Portanto, nesse contexto é muito forte na mobilização e tem um conhecimento muito profundo da natureza da FRELIMO, o que é a FRELIMO por dentro, quais são as forças internas da FRELIMO, como é que se harmonizam entre elas. Ele pode interpretar as forças da FRELIMO internamente.

Raul Domingos é uma pessoa que eu conheci em Roma e rapidamente, digamos, tive com ele uma empatia. A imagem dum guerrilheiro da RENAMO não era atractiva, era de pessoa que mata de forma indiscriminada, ataca civis. Mas uma vez em contacto com o Raul essa imagem pôs-me em dúvida, porque era uma pessoa com uma conversa aberta, uma pessoa que falava uma linguagem de Estado, no contexto em que estavam.

Por seu lado, o Raul Domingos que eu conheci pela primeira vez em Roma - não tinha em momento algum estado com ele – rapidamente atraiu a minha atenção, pela forma muito afável como ele comunica e me pareceu desmentir um pouco a imagem inicial, oficial, que tínhamos da RENAMO, pelos actos de violência contra civis que eram praticados. A linguagem do Raul Domingos, logo a seguir, foi uma linguagem quase de Estado, não era uma linguagem de um guerrilheiro que quer tudo destruído, ou que quer mudar tudo.

Lembro-me que o ponto inicial, quando se entrasse em matérias de fundo, que a RENAMO mantém como um ponto de fundo, é antes de mais nada, “Vamos discutir como Moçambicanos e por isso precisamos tirar as forças externas do nosso conflito.” Era uma referência ao Zimbabwe. Portanto, era uma linha de diálogo que dava um tom patriótico: “Vamos falar entre nós e por isso precisamos tirar as forças externas que estão no conflito para ficarmos só com os nossos exércitos.”

Rapidamente, no meu contacto com a RENAMO através do Raul Domingos, digamos, comecei a perceber aos poucos aquilo que era a linha de pensamento da RENAMO, tirando a retórica de que eles queriam um país de livre empresariado, de liberdade de movimento, contra as ideias de Marx, ideias comunistas. Essa linguagem já estava esvaziada, esse argumento não existia mais, então havia um crescendo da qualidade de linguagem, em termos de ver o país numa visão mais patriótica. Não era isso que o Governo dizia: “A RENAMO não é patriótica, são instrumentos de interesses externos.”

**P.: Achas que a RENAMO está-se assumindo nessa altura, como diz Domingos, como um Partido político?**

TVM: Até porque quando começa, a RENAMO também fez a sua agenda para entrar na negociação, organizou-se, fez um Congresso em que se organizou, em que fez a sua estratégia e uma das decisões estratégicas foi libertar-se de uma série de homens que estavam fora do país a falar em nome da RENAMO, que nem conheciam a RENAMO. Havia um grande número de porta-vozes da RENAMO, nos EUA, no Canadá, na Alemanha, Lisboa, que reivindicavam em nome da RENAMO que eles não conheciam. Quando a RENAMO entra em negociação, todas essas alas externas desapareceram, portanto a RENAMO fez a sua agenda, preparou-se para ir à negociação com cara de patriota.

**P.: No primeiro encontro não saiu nada de concreto e efectivo, mas as duas partes falaram-se pela primeira vez e fizeram aquela declaração conjunta. Como é que recordas esse momento?**

TVM: O primeiro encontro teve um tom secreto em absoluto, mesmo aos mediadores não interessava que se soubesse porque ninguém sabia o que havia de acontecer. O primeiro encontro não foi comunicado até ao fim. Portanto, só no fim saiu um comunicado, que apanhou todo o mundo de surpresa, todo o Mundo, literalmente. Ninguém sabia que estavam em Roma, ainda estávamos, digamos, na ressaca dos falhanços de Nairobi e do Malawi, que afinal foi um mês antes, em Maio. Então, logo em Julho saiu um comunicado no dia 12 a dizer que já se encontraram, frente a frente e se reconhecem como irmãos. Então, foi, digamos, uma surpresa para todo o Mundo, porque não foi anunciado e nesse não houve imprensa alguma. Houve um comunicado final apenas.

**P.: Isso é uma situação estranha, como todas as situações de conversação, estão em Roma os dois lados a conversar e no país gente a morrer.**

TVM: Exactamente, aliás, este processo teve fases muito *sui generis*, porque, como sabemos, ainda antes do Acordo de Paz, houve um acordo de cessar-fogo parcial, ao longo dos corredores ferroviários da Beira e Limpopo, onde as partes – como dizia o Presidente Chissano – nesse ano, nós concordámos em deixar de nos matar numas certas zonas e manter a matança noutras zonas. Foi um pouco o que aconteceu a partir de 1990/92.

Curiosamente a guerra continuou com oficiais da RENAMO em Maputo, como membros do COMIVE<sup>20</sup>. Lembro-me que ainda houve uma grande matança em Lalaua, em Nampula, em 1991. Estávamos em plena Roma. Ainda havia combates ferozes entre as duas partes. O que indiciava era que a guerra também era uma forma de negociação. Portanto, conforme a vantagem das partes no terreno, assim se reflectia nas cedências, na mesa de negociações. Então, manteve-se a guerra intensa, como uma forma também de forçar cada uma das partes a aceitar a vontade oposta, na mesa, perante a hipótese de uma derrota militar.

**P.: É um facto que enquanto a RENAMO vai ganhando terreno a FRELIMO vai perdendo um pouco, no ponto de vista militar?**

TVM: Sim, eu penso que o acordo dos corredores teve um impacto moral nas forças do Governo não muito bom. No outro lado teve um bom impacto. Para todos os efeitos, estrategicamente, a RENAMO saiu a ganhar, porque a RENAMO é que disse: “Não queremos no nosso país forças estrangeiras em combate.” Portanto, era uma exigência deles e elas foram confinadas aos corredores.

Em termos estratégicos é uma vitória da RENAMO, porque ela é que pediu essa situação. Da parte do Governo era um indício de que vem aí a Paz, o que pode ter relaxado as forças governamentais. “Vem aí a Paz, porque estamos aqui ainda a matarmo-nos? Vamos relaxar.” É uma hipótese que, psicologicamente, funciona assim: há uma Paz parcial, há um relaxamento de todo o exército.

---

<sup>20</sup> COMIVE - Comissão Mista de Verificação criada a 1 de Dezembro de 1990 para supervisionar o cumprimento do Acordo assinado em Roma, segundo o qual as tropas Zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e Limpopo e a RENAMO compromete-se a não atacar esses corredores.



Na guerra colonial a seguir do 25 de Abril, também a FRELIMO penetrou bastante no território de Moçambique, porque o exército Português se desmantelou, praticamente, no território Moçambicano, foi esse o contexto.

**P.: Mas com o COMIVE esses comandantes militares da RENAMO já estavam em Maputo, já estão comendo em restaurantes, etc. Acha que há alguma pressão no sentido de “temos que acabar com isso”?**

TVM: Sem dúvida, é o outro lado da moeda, do lado da RENAMO também as pessoas estão em Maputo, em plena guerra, em situação socialmente mais confortável, com mais regalias, fora da hipótese de serem mortos com balas, é uma hipótese que lhes reforça a ideia de que para o mato, nunca mais. Portanto, podem também ter feito alguma pressão aos seus líderes, quase a dizer: “Ou vocês acabam com a guerra ou nós não voltaremos, se isto eclodir de novo.” Então, foi um exercício muito interessante nesse aspecto.

**P.: Há a questão do reconhecimento e a questão da Constituição. Este é um ponto que considera que teria sido essencial na discussão?**

TVM: Sim, sem dúvida, que a questão do reconhecimento das instituições foi muito importante, porque apesar das partes não terem feito questão em dizer onde se senta quem, era preciso dizer “quem somos nós”. O primeiro ponto de uma negociação é quem está à frente do outro, só isso é que dá matéria para negociar. Este “quem somos nós” era a questão muito crítica, porque, como sabemos, a RENAMO dizia que este era um Governo ilegítimo, que ninguém o elegeu.

Outra questão era que esse era um Governo de facto, que está no Poder e que, portanto, não há como não reconhecer, até porque está na ONU, está em todo o Mundo, é preciso reconhecer como um facto. Esse é que foi o ponto essencial, que deu o ponto de viragem.

Também o Governo disse: “Reconhecemos a RENAMO como um Partido político, tanto que fica dispensado de se registar, assim que acabar a guerra.” Esse foi o ponto em que as duas partes disseram: “Agora sabemos quem está frente à frente, um Partido político da oposição e um Governo, não importa se é ou não legítimo, é um facto, é um Governo.”

**P.: No momento em que as conversações em Roma estão a decorrer, decidindo coisas fundamentais para o país, o Parlamento está a aprovar uma série de leis, sobre os mesmos temas. Quer comentar?**

TVM: Havia ali, claro, um jogo político, de ambos os lados. Por um lado, o Governo queria dizer que as mudanças não são consequência da RENAMO, as mudanças são decisões soberanas, da FRELIMO. Portanto, a RENAMO, se quiser, pode vir e integrar-se.

Mas a RENAMO também não podia deixar que isso acontecesse, sob o risco do seu argumento ficar esvaziado. Se, enquanto estão em Roma, o Parlamento introduz leis sobre as eleições, leis de partidos políticos, então a RENAMO fica sem motivo para as negociações. Então, não podia deixar que isso acontecesse. Então a RENAMO diz: “Das duas, uma, ou o Parlamento em Moçambique pára de legislar sobre os mesmos temas da nossa discussão, ou nós vamos boicotar, porque, aparentemente, podemos concordar sobre matérias que vão entrar em conflito com as leis, entretanto, aprovadas pelo Parlamento Moçambicano.”

É quando há um acordo em como as partes aceleram as negociações, o Governo se compromete a não legislar sobre a mesma matéria e compromete-se a integrar na ordem interna os acordos de Roma. Ou seja, de um só lado a RENAMO também ganhou por antecipação. Era como dizer assim: “Já estamos a governar, porque afinal aquilo que foi aprovado serve já como lei, por antecipação.”

**P.: Em relação à ONU, de que forma aparece no processo?**

TVM: Bom, as Nações Unidas são referidas como parte importante no processo, ainda no meio dele, quando se fala de trégua para a ajuda humanitária e fala-se já de que logo a seguir é preciso uma conferência de doadores para acordarem num fundo de reconstrução, de cessar-fogo. É aí onde, portanto, os acordos de Paz de Moçambique entram num contexto internacional, quando a ONU é solicitada a ter um papel importante para garantir o cessar-fogo, garantir a mobilização e garantir eleições livres.

Portanto, é um papel fundamental, a seguir ao cessar-fogo, até às eleições. Portanto, até que se constitua a nova ordem constitucional, com eleições democráticas, pela primeira vez. É aí onde a ONU entra e entrou com muita força e teve o sucesso que teve.

Obviamente, mais uma vez o sucesso que teve a ONU resulta das vontades das partes. Mas também resulta do facto de que esse foi um acordo negociado, com detalhe, todas as questões foram negociadas com detalhe, os acordos estão detalhados, com linhas até sobre a forma de

implementar, não só o acordo, mas a forma como se implementa. Chegou-se a esse detalhe e isso foi muito útil para a fase seguinte, em que devia haver mais gente envolvida, onde podia haver muita interpretação do acordo de forma diversa, mas como estava muito detalhado, facilitou a própria a ONU, a seguir ao Acordo de Paz, ao cessar-fogo, soubesse enquadrar o acordo de forma, digamos, suave e sem sobressaltos. Nesse aspecto a ONU também tem um papel muito importante, por estar no meio de dois beligerantes e como uma garantia, também internacional, de que este acordo tem um carimbo do Mundo, não é apenas um acordo local, mas tem um carimbo internacional.

**P.: Estamos nas negociações, e há uma cimeira de Gaborone, que teoricamente viria a reunir os dois líderes. De facto seria uma deslocação do que estava acontecendo em Roma. O que se passou?**

TVM: O que se passou é que a um certo ponto nas negociações – estamos já em 1992 – em que dois anos se estão passando e, certamente, havia algum desgaste das partes e também alguma impaciência legítima dos Moçambicanos, para que o processo fosse mais célere. Houve intervenção dos outros interessados no processo, para ajudar a quebrar aquilo que fosse, eventualmente, nós de estrangulamento, através dum diálogo directo entre os líderes, o Presidente Chissano e Dhlakama.

É interessante notar isto, porque penso que é dos poucos casos em África em que os dois dirigentes de forças que ainda se confrontam, se encontram e conversam, não há acordo de paz, a guerra continua, mas conversam e acertam-se sobre princípios importantes, que ainda que não ficam escritos, o seu espírito influencia o passo a seguir.

Acho que foi nesse sentido que houve o encontro em Gaborone, o envolvimento de pessoas com o Presidente Mugabe do Zimbabwe e o empresário britânico Tiny Rowland<sup>21</sup> que tinha interesse obviamente na região, no *pipeline*, que liga Mutare à Beira, combustível do Zimbabwe... até interesses na área agrícola, turística. Penso que foi uma espécie de um *break through*, um bom fio de saída que quebrou algum gelo e degelou o processo. Para formalizar este degelo, voltaram para Roma onde estava a mediação, onde estavam as delegações, um

---

<sup>21</sup> Roland "Tiny" Rowland (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhou fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controlo do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

pouco a confirmar que, apesar de haver diálogo directo fora da Europa, ainda é Roma a sede das negociações.

Penso, uma vez mais, que foi encontrada uma fórmula criativa, talvez única, para avançar o processo, que era, sobretudo, a confiança pessoal entre os líderes. É muito importante esse aspecto.

**P.: Esse encontro em Roma, que é o encontro dos líderes no dia 1 de Outubro, é um encontro marcante, não é?**

TVM: Muito marcante, por mais que não seja, porque trouxe a comunidade internacional a Roma. A negociação foi assumida pelo Mundo, quando foram lá a ONU, Embaixadores doutros países ocidentais, que vão a Roma testemunhar esta primeira cimeira entre Chissano e Dhlakama. Portanto, era um compromisso que os dois diziam ao Mundo, que até o dia 1 de Outubro, isto é, daí por dois meses, no máximo, o Acordo de Paz iria ser assinado. Isso foi muito importante porque a data era uma forma de pressionar também as partes, porque tínhamos também um *deadline* que prometemos ao Mundo, mas sobretudo aos Moçambicanos, que até ao dia 1 de Outubro teria acabado a guerra.

**P.: Mas ainda há muita questão para resolver nesse período.**

TVM: Sem dúvida, até à véspera do acordo houve momentos de tensão, de desespero, de impaciência, até ao ultimo minuto. Como sabe, o acordo era para ser assinado no dia 1 de Outubro e só o foi no dia 4. Quer dizer, que de 30 de Setembro ao dia 3 de Outubro havia problemas por resolver.

O Presidente Chissano chega a Roma no dia 29 de Setembro, na véspera. O Presidente Dhlakama chega no dia 1 de Outubro e, mesmo assim, tinha questões sérias. Mas houve uma série de cartas até cartas pessoais do Dom Gonçalves, do Embaixador da Itália em Moçambique, para Afonso Dhlakama dizendo: “Se você não vem a Roma o Mundo vai dizer que é você que quer a guerra. Então, se é para resolver, é aqui em Roma, onde estamos todos à sua espera.”

Então, houve uma pressão geral, até que ele apercebeu-se que se realmente não viesse à Roma, se calhar, seria ele o responsável, seria ele visto como o sabotador do processo. Chegou à Roma e discutiu o que se discutiu. As questões que estavam pendentes resolveram-se, excepto uma, que ainda hoje não está resolvida, pelo menos, uma oficial, que era a lei eleitoral, essa não foi

resolvida. Houve um acordo negativo, dizendo que estamos de acordo em como discordamos. Eram as condições para que um Partido político chegue ao Parlamento, qual é o mínimo de votos que tem obter para chegar ao Parlamento. A RENAMO dizia 20% dos votos para chegar ao Parlamento, a FRELIMO dizia: “Se é assim ninguém vai chegar lá entre os pequenos, vamos descer, pelo menos, para 2%.” Era uma grande diferença entre os dois. Então ficou um acordo a dizer assim: “As questões sobre o tecto eleitoral ficam acordadas, em como se vão acordar entre 2 e 20%, em Maputo.” Então acordaram que não concordavam, mas que podiam vir a resolver em Maputo. Assim foram para Maputo com esse ponto em aberto e, ainda hoje, a questão eleitoral é a questão mais controversa entre a FRELIMO e a RENAMO.

**P.: A RENAMO está em Roma um pouco dependente dos apoios que podem acontecer. Uma coisa é fazer guerra no terreno, outra coisa é um Partido conseguir sobreviver como Partido, etc. Então, há uma série de cartas que são enviadas para pedir dinheiro. Pode falar um pouco sobre isso?**

TVM: Houve, de facto, um momento em que há informação de que a RENAMO estava a pedir algum apoio financeiro a várias partes, como forma de ela própria assegurar que iria sobreviver depois da guerra. Porque transformar-se de guerrilha a Partido político tem o seu custo, até para poderem compensar os seus quadros, integrá-los, ter uma vida condigna.

Então houve, de facto, muita carta que a RENAMO dirigiu a muitas fontes, desde empresários até Governos, pedindo dinheiro. Em algum momento esses pedidos até tiveram uma interpretação errada, ou negativa, de que era uma espécie de chantagem do tipo “ou me dão dinheiro, ou fico no mato.” Mas penso que deve-se interpretar isto no contexto de um Partido que está no mato, tem que vir para a cidade e tem que ter dignidade para disputar o Poder com as outras forças com um nível de condições mínimas e foi o que aconteceu, houve este apoio, de várias fontes, penso que até foi generoso em alguns casos, o que permitiu que a RENAMO, de facto, viesse para as cidades e tivesse uma vida condigna, para poder ir às eleições, mais ou menos, em pé de igualdade com o seu adversário principal, que é a FRELIMO.

**P.: Como se caracteriza a situação da guerra nesse período final?**

TVM: A guerra em Moçambique tinha atingido um estágio em que o país ficou totalmente desestruturado. O contexto social estava muito manchado pela guerra. As ligações, as pessoas

não circulavam, os bens não circulavam, a morte tinha-se tornado banal. Havia mortes em todo lado.

Um dos momentos mais críticos desta guerra foi o massacre do Homóine, em que morreram centenas de pessoas num hospital. Isso manchou muito a imagem de Moçambique, não só das partes beligerantes. A imagem de um país que se respeita, de um país com dignidade, de um Povo com auto-estima, ficou profundamente manchada.

Havia zonas onde as pessoas estavam isoladas há vários anos, não estavam em contacto com o Mundo, pessoas que vestiam folhas, cascas de árvores, porque não tinham roupa e onde encontrássemos pessoas com alguma roupa, eram sacos velhos trazidos pelo apoio humanitário internacional, da FAO, ou de outras organizações, para socorrer a população sitiada há vários anos, em várias zonas. Escolas queimadas, hospitais queimados, pessoas atrofiadas, com órgãos cortados... era essa a imagem de um país que estava no caos, na desordem, onde não era possível a governação.

As grandes cidades estavam sitiadas. Para ir de um ponto ao outro pensava-se mil vezes e havia sempre camiões militares a proteger as pessoas quando viajassem, porque havia sempre o risco de um ataque na estrada, com morte de civis, por vezes, sem distinção entre as duas forças, quem era o autor do ataque. Era esse o contexto quando se vai a Roma para o processo de Paz.

**P.: Como explica toda a violência, em que de repente se perde o controlo da situação? Acha que a situação da fome ajudou?**

TVM: O problema da violência nos conflitos africanos é muito complexo, porque se nós formos avaliar todos os nossos conflitos, aparentemente, não há uma causa imediata. A causa imediata não explica o nível de violência. Portanto, a violência aparece como consequência de tensões acumuladas que a um certo momento explodem.

Aqui quando falamos da questão dos régulos, feiticeiros, curandeiros que foram marginalizados, na altura em que estavam fora do sistema, não podiam reagir, mas quando tiveram oportunidade de se levantarem, apoiaram a guerrilha e a violência subiu de tom. A violência é um processo, não é um acontecimento, é um processo cumulativo. Quando se prolonga a violência, chega a um ponto em que a distinção entre as partes fica difícil, porque já fica uma guerra de sobrevivência, de quem está no mato. Muitas vezes, até mesmo sem motivação política, é uma rotina fazer a guerra para sobreviver.

Nesse aspecto quando se perde noção de que há um ideal, então a guerra é uma guerra de todos contra todos. Perde-se um pouco o que o outro quer neste conflito e tínhamos esse risco, de chegar a um ponto de guerra de todos contra todos, em que havia um nível de suspeita da autoria dos ataques muito elevado, pelo cansaço, pelo esgotamento de recursos, dos dois lados. Na verdade, eu penso que quando vamos a Roma já havia uma espécie de empate militar no terreno entre as duas forças.

**P.: É correcta a afirmação de dizer que é uma guerra sem vencidos?**

TVM: Sim, não houve vencidos, tanto que nenhuma das partes se rendeu. Portanto, foram negociar um Acordo de Paz. É de facto uma vitória sem vencidos, como diz o bispo anglicano Dom Dinis Sengulane.

**P.: Cresce, fica homem e chega a Paz. Como é que se sentiu naquele dia?**

TVM: Foi um sentimento indescritível, em que você fica paralisado, porque não consegue raciocinar. O que se está passando, o que vai acontecer? Será que esta Paz vai prevalecer? Porque parecia um cenário bom demais para ser real, depois de tantos anos de guerra. Eu cresci, profissionalmente, num contexto de guerra. A linguagem que tinha como jornalista era guerra. Era guerra contra o *apartheid*, contra a Rodésia, contra o inimigo interno, era guerra.

Não era só linguagem, eram também as imagens da guerra, da destruição. Então, dizer, de repente, que esse quadro vai mudar, tudo vai acalmar, não parecia possível. Houve lágrimas no palácio, chamado Villa Madama, onde ocorreu o processo e abraçámo-nos, os membros da imprensa Moçambicana. Eu lembro-me que estávamos todos ali, o Emílio Manhique da Rádio Moçambique, o Hilário Matusse da Televisão, O Sulemane Kabir da BBC, todos Moçambicanos, abraçámo-nos na cabine onde estávamos concentrados, em silêncio, porque era um momento único. Era uma espécie de outra Independência de Moçambique.

A imagem do Presidente Chissano e Dhlakama a apertarem a mão e se abraçarem foi muito emocionante naquele dia, porque não era pensável até pouco tempo atrás, pela linguagem que cada um dos lados usava contra o outro, era uma diabolização mútua, eram diabos mútuos. Então, aquele foi um momento único, que eu acho que em Moçambique foi vivido com muita intensidade.